

## TRANSFEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO ECOTRANSFEMINISTA

---

Vanrochris Helbert Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo precípua convidar o(a) leitor(a) a uma reflexão ecotransfeminista sobre os “não direitos de travestis” e o não reconhecimento de seu caráter de sujeito na sociedade contemporânea. A partir de Haraway (2011), é construída uma perspectiva ecotransfeminista quanto à caracterização do papel social das travestis no Brasil contemporâneo, com a ajuda do conceito de “tornar matável”. São analisados os depoimentos de duas travestis militantes, Anyky Lima e Indianarae Siqueira. O perspectivismo de Viveiros de Castro (2004) é utilizado para elaborar uma reflexão metodológica a respeito do estudo das alteridades humanas.

**Palavras-chave:** Travestis; Transfeminicídio; Direitos LGBTQIAP+.

**Abstract:** This article aims to stimulate an ecotransfeminist reflection on the non-rights of *travestis* as well as their non-recognition as individuals in contemporary society. Drawing on Danna Haraway’s (2011) concept of “making killable,” this study offers an ecotransfeminist perspective to the characterization of the social role of *travestis* in contemporary Brazil. To this end, the testimonies of Anyky Lima and Indianarae Siqueira, two militant *travestis*, are analyzed. Based on the perspective of Viveiros de Castro (2004), this article constructs a methodological reflection on the study of human alterities.

**Keywords:** *Travestis*; Transfeminicide; LGBTQIAP+ Rights.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional.

---

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. E-mail: vanrochris@gmail.com. Orcid: 0000-0002-0579-9064

## Introdução: definindo (ou não) o termo “travesti”

Na simbologia ocidental, a mulher se relaciona ao polo da natureza, e o homem ao polo da cultura. Esse binarismo foi um dos responsáveis pela exclusão da mulher do campo do humano e do não reconhecimento delas como sujeitos de direito durante grande parte da história. No curso da história, elas chegaram a ter um *status* tão desvalorizado quanto o de animais de outras espécies, sendo vistas apenas como objeto. Mas e quanto às travestis? Travestis não costumam ser vistas como homens, nem como mulheres e, portanto, frequentemente não têm sua humanidade reconhecida, chegando a ser, ainda hoje, quase tão ignoradas pela sociedade quanto animais de outras espécies. Paradoxalmente, travestis também costumam ser vistas como homens e mulheres ao mesmo tempo, o que leva ao pensamento de que subverteriam a natureza, porém, o que as travestis fazem é subverter a cultura binária e cisheteronormativa.

É difícil tentar traduzir a ambiguidade das travestis. Frequentemente, tenta-se definir a identidade delas em “oposição” à das mulheres trans. Por esse caminho, costuma-se cair em diversos equívocos. *A diferença última entre uma travesti e uma mulher trans é a forma como ela se autodenomina.* Apesar dessa questão definidora, a incidência da autodenominação “travesti” parece estar relacionada a diversos fatores, entre eles: (1) profissionais, (2) socioeconômicos, (3) geracionais, (4) corporais e (5) identitários. De antemão, destaco que nenhum deles é determinante nem generalizante e nem prevalece sobre a autodenominação. De todo modo, falaremos, a seguir, sobre cada um deles.

(1) *Fatores profissionais:* ao que indicam as estimativas e discursos do movimento LGBTQIAP+<sup>2</sup>, a maior parte das travestis ainda trabalha como prostituta, seja pela dificuldade de inserção em outras profissões, seja pelos benefícios em termos financeiros e/ou de autoestima encontrados nessa atividade (SIMPSON, 2011)<sup>3</sup>. É importante ressaltar que essa correlação entre travestilidade e prostituição é apenas estatística e que uma coisa não é definidora da outra, havendo travestis em inúmeras outras ocupações.

(2) *Fatores socioeconômicos:* um percentual significativo de pessoas autodenominadas travestis é oriundo de classes socioeconomicamente

---

2 Lésbicas, Gay, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras identidades não cisheteronormativas.

3 A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que 90% das travestis e mulheres transexuais têm a prostituição como principal fonte de renda no Brasil, entretanto, não há uma estimativa específica sobre travestis ou sobre mulheres transexuais em relação ao tema (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

desfavorecidas, tendo muitas delas histórias de vida semelhantes, envolvendo uma total falta de apoio familiar, incluindo expulsão da residência da família ou saída devido à incapacidade de suportar as agressões e indiferenças no ambiente familiar, tendo de viver em situação de vulnerabilidade residencial desde muito novas (SIMPSON, 2011; VIEIRA, 2015). Mais uma vez, destaco que esse fator também está relacionado a uma questão de incidência, e não de fatores determinantes.

(3) *Fatores geracionais*: a autodenominação “mulher trans”, termo que se disseminou no Brasil muito tempo depois da expressão “travesti” – identidade de gênero tipicamente brasileira –, tem se tornado cada vez mais comum. Todos(as) nós precisamos de palavras para nos autodenominar, e diferentes termos trazem consigo expectativas e consequências distintas. Vieira (2015) relata discursos de homens trans que acreditavam ser “lésbicas masculinas” até “descobrirem” que poderiam ser homens, ao entrar em contato com essa terminologia pela primeira vez. De um modo específico, o mesmo raciocínio vale para um recorte geracional anterior à popularização do termo “mulher trans”. A disseminação do uso do termo “mulher trans”, porém, parece estar ocorrendo primeiro em classes socioeconomicamente favorecidas, relacionando-se com a questão (2) socioeconômica. Isso não significa que o termo “mulher trans” seja de qualquer forma mais legítimo ou preferível: hoje, mesmo conhecendo as duas possibilidades, muitas pessoas continuam se autodenominado travestis.

(4) *Fatores corporais*: É comum o discurso de que travestis se sentem confortáveis com seu órgão genital de nascimento, e que mulheres trans sentem-se insatisfeitas com o seu corpo, desejando recorrer à vaginoplastia. Talvez essa seja de fato uma tendência, entretanto, há travestis que recorrem à vaginoplastia, e diversas mulheres trans que preferem não realizá-la. Outra questão corporal relevante é a forma como a transição ocorre, que também está ligada fortemente aos itens (2) socioeconômico e (3) geracional. Se a pessoa inicia a hormonioterapia antes da puberdade e realiza procedimentos cirúrgicos (como o implante de silicone) de maneira adequada, seu corpo tende a ter uma aparência normativa. É comum que travestis, por falta de apoio familiar ou dificuldade financeira, demorem a recorrer à hormonioterapia e que a façam sem um acompanhamento médico adequado. Do mesmo modo, é comum que as cirurgias de modificação corporal feitas por elas não sejam realizadas por meio de procedimentos seguros. A pesquisa de Vieira (2015) aponta discursos de travestis que implantaram em seus corpos silicone industrial ao invés de silicone cirúrgico. Devido a

essas questões, corpos ambíguos em termos de norma, relacionados aos efeitos da testosterona sobre eles, tendem a ser relacionados às travestis, o que também passa pelo item (5) identitário. Entretanto, é preciso ressaltar que essa distinção é construída em torno de um estereótipo, pois há travestis com corpos normativos e mulheres trans com corpos não normativos.

(5) *Fatores identitários*: o termo “mulher trans” tende a uma subscrição ao binarismo de gênero homem/mulher, enquanto o termo “travesti”, por outro lado, indica um gênero que não se submete a categorias binárias. Por mais que algumas travestis entendam que (também) fazem parte da categoria mulher, a palavra travesti aponta para uma ambiguidade que muitas delas defendem e valorizam.

No entanto, como dito anteriormente, *nenhum fator prevalece em relação à autodenominação*, contudo, em termos de incidência, os fatores apontados são importantes. Especialmente pelos pesos sociais que cada um desses termos carrega consigo, pela identificação relacionada aos papéis sociais e discursos a cada um deles relacionados e pelas experiências e ambientes sociais em que as identidades vão sendo construídas. Apesar de o termo “travesti” não ser, de nenhuma forma, menos legítimo que o termo “mulher trans”, a legitimidade social normalmente dada a quem se identifica a partir de cada um dos dois termos é muito diferente: travestis são desvalorizadas, relacionadas à criminalidade, vistas com aversão e como exóticas, enquanto mulheres trans costumam ter um grau maior de aceitação, inclusive por serem mais adaptadas ao binarismo de gênero. Mas, obviamente, mulheres trans também constituem uma população que ainda enfrenta muita violência e preconceitos.

De qualquer forma, é importante não normatizar essas identidades, pois estas se encontram no terreno da multiplicidade de identificações e usos. De forma geral, travestis demandam ser tratadas no feminino, e por isso essa definição é adotada neste texto, mas isso nem sempre é regra (SIMPSON, 2011, p 114). O mesmo em relação à subscrição à categoria homem, algumas travestis acreditam que são (também) incluídas nessa categoria, mas muitas delas não. *E não tem que haver consenso, e não tem que ser simples.*

### **Travestis como seres matáveis**

Coetzee (2003) faz uma comparação entre a relação que estabelecemos com os animais de outras espécies e o genocídio ocorrido nos campos

de concentração nazistas. Nessa comparação, os genocídios de humanos parecem ser algo distante, superado, no entanto, ainda estão acontecendo diariamente com grupos como indígenas, jovens negros, mulheres e pessoas LGBTQIAP+.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, o Brasil é o país em que há mais assassinatos de pessoas LGBT registrados por ano do mundo (AYER; BOTTREL, 2017). Em 2016, foram 347 mortes e, dessas vítimas, 144 foram travestis ou transexuais – 42% do total. Quando levamos em conta o tamanho dessas duas populações, “as pessoas trans são as mais vitimizadas. O risco de elas serem assassinadas é 14 vezes maior em relação a gays” (AYER; BOTTREL, 2017, não paginado). Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais apontam para um quadro de transfeminicídio no país: “apenas em 2017, foram contabilizados 179 assassinatos de travestis ou transexuais [...]. Em 94% dos casos, os assassinatos foram contra pessoas do gênero feminino” (MARTINS, 2018, não paginado). Segundo Bortoni (2017), a expectativa de vida de transexuais no Brasil é de 35 anos de idade, metade da média nacional.

Coetzee (2003) apresenta uma crítica ao restante da população que vivia na Alemanha no período do holocausto, por saberem o que acontecia e não terem agido para impedir o absurdamente cruel genocídio em massa dos judeus, uma página triste da história. O autor compara essa população conosco, que sabemos como os animais de outras espécies são tratados e preferimos ignorar. Podemos dizer que fazemos o mesmo em relação a alguns grupos de nossa própria espécie, como as travestis. Coetzee aponta que, assim como os campos de concentração ficavam escondidos, os abatedouros também não ficam à mostra. Da mesma maneira, condenamos as populações vulneráveis da nossa espécie a viverem à margem.

Para Haraway (2011), faz parte de nossa hipocrisia em relação à forma como lidamos com os animais de outras espécies que a crueldade que realizamos seja silenciada o máximo possível. “Se tudo isso pode acontecer sem a objeção das porcas, então tanto melhor, essa é a lógica. Se nenhum porco guinchou alto demais ou incessantemente demais, então tudo deve estar bem” (HARAWAY, 2011, p. 392).

Ao falar sobre nossa relação com os animais de outras espécies, Paley (1963) define como ela ocorre “limitando-lhes a sua liberdade, mutilando os seus corpos e, por último, pondo fim às suas vidas [...] para nosso prazer e conveniência” (p. 364 apud SINGER, 2004, p. 156). Assim, condenamos

os animais de outras espécies não só à morte, mas a uma vida de sofrimento, o que também fazemos com alguns grupos dentro de nossa espécie. No caso das travestis, por exemplo, expulsas para os guetos e as sombras da noite, as exploramos por meio da prostituição e depois as matamos.

O escuro traz o único momento mais ou menos calmo do dia, onde as travestis podem ter um mínimo de vida [...] A noite traz, com seu brilho enigmático que a muitos encanta, um lado sombrio, carregado de marginais, delinquentes, vândalos, cafetões e gente da pior espécie. Junto a esses tipos, “ganham o dia” em plena noite, travestis que fazem da vida noturna seu convívio em sociedade, sua felicidade e sustento. É na noite que muitas “trans” podem viver em espaços “gentilmente” cedidos por uma sociedade que se prega justa e igualitária, com oportunidades iguais para todos. É nela que travestis, muitas vezes, têm que se prostituir e se marginalizar para conseguir viver com um pouco mais de dignidade. Durante a noite, aprende-se a lei da selva, onde o mais forte sobrevive minando o mais fraco, onde quem pode mais, exige coisas de quem não tem forças para poder coisa alguma. (SCHNEIDER, 2005 apud PERES, 2005, p. 5).

Zaffaroni (2011) nos lembra de que o ecofeminismo identifica um paralelo entre os argumentos usados para negar os direitos dos animais de outras espécies e os das mulheres. Haraway (2011, p. 403) desenvolve um “feminismo inter-seccional, intra-acional de multiespécies”, ligando a teoria feminista ao estudo dos animais trabalhadores, como as porcas que dão à luz e amamentam seus filhotes presas por barras de ferro que as mantêm imobilizadas. A partir desse exemplo, Haraway (2011, p. 393) desenvolve o conceito de “tornar matável”, que se estende a grupos de nossa própria espécie: “Os porcos (e, é claro, muitos outros animais e pessoas) são tornados matáveis e exploráveis na produção e reprodução por serem reduzidos a seres que não podem ser sujeitos e objetos de suas próprias vidas, seres sem história, sem relações natural-sociais que importam”. A autora aponta que a vida dos animais trabalhadores é reduzida à condição de valor. Em meio a outros grupos de humanos, as travestis também obtêm valor em nossa sociedade ao serem objetificadas, através da prostituição, ao exibirem seus corpos, transformando-os em mercadoria.

Ao tratar do século XX como o século dos genocídios, Zaffaroni (2011, p. 76) aponta que eles foram gerados pelo medo. Também é o medo que nos faz matar travestis e transexuais? Mas medo do quê? De o gênero delas colocar em xeque os pressupostos que dão segurança ontológica à nossa própria identidade?

Foucault (2013) explica que a forma típica de nossa sociedade definir o bem o mal é por meio da diferença entre normal e patológico. Uma característica dessa oposição é a possibilidade de converter o patológico em normal. Até 2019, a transexualidade constava na lista internacional de doenças da Organização Mundial de Saúde (OMS) como transtorno de identidade de gênero.

No Brasil, é necessário um longo acompanhamento psicológico para a liberação da vaginoplastia no Sistema Único de Saúde (SUS), com a cobrança de um comportamento normativo por parte de muitos psicólogos (VIEIRA, 2015). Há uma necessidade de normatizar, e normatizar é fazer uma cirurgia de redesignação sexual, o que a grande parte, senão a maioria, das travestis dispensa. Quando não é vista como doença, a travestilidade é tida como escolha ou possessão demoníaca (VIEIRA, 2015, p. 108).

Uma das principais preocupações da ciência moderna em relação à transexualidade tem sido a descoberta de sua causa. Ao questionar os pressupostos da ciência moderna, Santos (1997) denuncia o caráter pragmático desse tipo de tentativa: “O conceito de causalidade adequa-se bem a uma ciência que visa intervir no real e que mede o seu êxito pelo âmbito dessa intervenção. Afinal, causa é tudo aquilo sobre que se pode agir” (p. 58).

Chomsky e Foucault (2006) apontam a necessidade de se relevar como o poder atua nas instituições que aparentemente são neutras. As escolas e o sistema de saúde são, no discurso de muitas travestis, importantes replicadoras do preconceito que atinge esse grupo: “[...] a escola a trata pior do que em casa, sem respeito a sua identidade, sem respeito de pares e superiores, então por que ficar nesse lugar? Trabalhar com quê? Afinal, não deu para se formar” (SIMPSON, 2011, p. 112).

As travestis são frequentemente ligadas no imaginário social à ideia de criminalidade. Ao falar sobre a prisão, Foucault (2012) chama atenção para o equívoco da ideia de ressocialização, que se baseia na ideia de que a causa do crime é psicológica, moral e individual, quando, na maior parte das vezes, é social. O que define quem são os criminosos em nossa sociedade é a própria desigualdade do sistema capitalista. Foucault (2012) aponta o caráter social da criminalidade em relação à população negra estadunidense. A situação de vulnerabilidade social, a falta de condições básicas de subsistência e as formas de poder paralelo que surgem para suprir esse vácuo fazem com que determinados grupos sociais sejam empurrados para a criminalidade.

Em meio a tudo isso, qual a saída para essas pessoas? Arendt (2010) diz que as relações íntimas podem funcionar como um oásis em relação ao deserto das relações políticas, entretanto, a autora aponta o perigo das tempestades de areia invadirem o oásis se desistirmos de ir ao deserto. No caso das travestis, em meio a esse cenário de violência, preconceito e morte, muitas acham na prostituição uma forma de receberem valor social.

A prostituição de travestis não é apenas uma fonte de renda, mas várias afirmam que experimentam prazeres com clientes que as pagam ou com clientes que, atraentes, regateiam ou não têm dinheiro. As travestis, ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, a veem como um trabalho, assim como qualquer outro – com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas e que lhes garante acesso a muito mais dinheiro do que conseguiriam ganhar em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que elas se sintam sexys e atraentes, nesse contexto podem desenvolver ainda mais sua autoestima, valor pessoal, autoconfiança, além de se sentirem objetos de verdadeiros e intensos desejos. (KULICK, 2008, p. 151).

Simpson (2011) elucida como a ambiguidade das travestis não apenas se relacionada ao medo, como dissemos anteriormente, pois, paradoxalmente ela também está ligada ao desejo: “travestis podem proporcionar aos seus clientes desejos que o michê ou a prostituta não poderiam. Talvez seja essa a mágica que permite aos homens sentirem-se tão atraídos” (p. 115).

### **O perspectivismo como reflexão metodológica**

Neste trabalho, serão analisados depoimentos de duas travestis militantes, Anyky Lima e Indianarae Siqueira. As falas analisadas foram colhidas durante trabalho de campo de Vieira (2015), numa pesquisa explanatória sobre grupos e eventos LGBTQIAP+ na cidade de Belo Horizonte (MG). Ao buscar empreender uma discussão ecotransfeminista sobre a condição da travesti na sociedade brasileira contemporânea, será apresentado nesta seção uma possível contribuição de Viveiros de Castro (2004) para pensar a relação de autoridade entre pesquisadores e pesquisados que, mesmo pertencendo à mesma espécie, podem estabelecer relações diferentes entre cultura e natureza a partir da perspectiva colocada por sua identidade social.



Esse esforço se dá a partir da perspectiva de Santos (1997), para o qual o paradigma emergente na ciência contemporânea “incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidos localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora do seu contexto de origem” (p. 66). Também Giddens (1989) acredita que “se as ideias são importantes e esclarecedoras, muito mais importantes do que sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas, mesmo num quadro de referência que poderá ser inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrâ-las” (p. xxiv).

Segundo Viveiros de Castro (2004, p. 240), para os ameríndios, as diferentes espécies animais têm a mesma cultura, e o que varia entre uma e outra é o mundo no qual cada uma delas se insere, a partir da forma como sua natureza é constituída por meio de seus corpos (multinaturalismo). Existem categorias universais, como o que é saboroso e o que é repulsivo, quem é o predador e quem é a caça. Essas categorias compõem a cultura comum a todas as espécies, e o que muda é como cada uma vai preenchê-las de acordo com o mundo em que vive (perspectivismo). Fazendo uma analogia, Viveiros de Castro (2004) se pergunta se a diferença de perspectiva entre os indígenas e nós, “ocidentais” (formados dentro da tradição europeia), em vez de ser da ordem da cultura, não seria gerada por diferenças de natureza.

A partir daí, correndo o risco de causar desvio do caráter político do texto do autor e ser novamente antropocêntrico, é necessário pensar se esse conceito pode ser aplicado não apenas a diferentes espécies, mas também a diferentes grupos de animais humanos. O objetivo dessa proposição é refletir se, metodologicamente, o perspectivismo pode ser pensado para pesquisas que não envolvem diretamente animais não humanos. A percepção considerada é que, talvez, possamos dizer que diferentes grupos de pessoas vivem em mundos diferentes, a partir dos quais seus corpos lhes colocam (corpos que são construídos, vestes).

Nas sociedades ameríndias, segundo Viveiros de Castro (2004, p. 231), o xamã tem um papel central por ter a capacidade de fazer um diálogo interespecífico, conseguindo ver as demais espécies como humanas, não do ponto de vista do indígena, mas do ponto de vista da própria espécie. O xamã consegue ver o mundo do outro como o outro o vê e estabelecer um diálogo com ele. Talvez nosso papel como pesquisadores, quer estejamos lidando com animais da nossa própria espécie ou não, seja próximo ao do

xamã. É nosso papel fazer um esforço para ver o mundo do outro, com os olhos dele, aproximando esses dois mundos em torno de uma mesma cultura, ainda que esse outro seja da nossa própria espécie. Giddens (1989) chama o cientista social de “comunicador” e diz que ele faz uma tradução, “apresentando redes de significado associadas com certos contextos de vida social aqueles que estão em outros” (p. 335). O autor nos lembra que, em ciências sociais, os objetos do estudo já detêm as explicações que o pesquisador quer encontrar.

[...] os atores leigos são teóricos sociais, cujas teorias ajudam a constituir as atividades e instituições que são o objeto de estudo de observadores sociais especializados ou cientistas sociais. Não existe uma clara linha divisória entre a reflexão sociológica esclarecida levada a efeito por atores leigos e as diligências similares por parte de especialistas. (GIDDENS, 1989, p. xxxvii).

Não há mecanismo de organização social ou de reprodução social identificado por analistas sociais que atores leigos não possam também conhecer e incorporar ativamente ao que fazem. Em numerosos casos, as “descobertas” dos sociólogos só o são para aqueles que não estão nos contextos de atividade dos atores estudados. (p. 334).

Zaffaroni (2011) desenvolve a relação entre saber e poder, e a visão de que todo conhecimento é dominação. Ele explica que a palavra “objeto”, em sua raiz etimológica, é “aquilo que se lança contra” (*ob-jectum*). Ao respondermos uma pergunta, ejetamos a resposta ao sujeito que quer conhecer (*sub-jectum*, “aquele sobre o qual se lança”), tornando-nos assim objeto. Dessa forma, o sujeito não está na base, mas abaixo do objeto, entretanto, o sujeito pergunta de acordo com sua vontade de domínio, pretendendo-se *dominus*. Portanto, a relação entre sujeito e objeto é de agressão mútua. O *dominus* recorta a realidade para interrogar o objeto, mas não a compreende, porque quer se posicionado fora dela. A situação atinge seu máximo quando o objeto é também um humano. É muito difícil para o humano não querer se colocar como *dominus*, mas, para recuperar a dignidade humana, é preciso trocar o *dominus* pelo *frater*.

É buscando empreender os esforços apontados por Zaffaroni (2011) e pela figura do xamã (VIVEIROS DE CASTRO, 2004) que este artigo, elaborado por um pesquisador não travesti, irá tentar, na seção seguinte, ver o mundo transfóbico em que vivem Anyky e Indianarae, a partir do olhar de ambas sobre ele.

## “Sou uma mulher normal, de peito e de pau”

Anyky Lima foi uma travesti muito respeitada e admirada no meio LGBTQIAP+ de Belo Horizonte<sup>4</sup>. Em 2014, quando o trabalho de campo de Vieira (2015) foi realizado, Anyky era presidenta do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos/MG). Os depoimentos de Anyky foram colhidos em dois debates: o Ciclo Transgressões no Museu: Educação, Cultura e Direitos Humanos, organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, e o Direitos Negados: Violência no Cotidiano de Travestis e Transexuais, promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais (NUH/UFMG). Nesse último evento, também foi registrado o depoimento de Indianarae Siqueira, outra travesti muito conhecida na militância LGBTQIAP+ brasileira.

Em suas participações nos eventos, Anyky concentrou suas falas na denúncia de problemas vivenciados pelas travestis em seu cotidiano e em sua trajetória de vida. Destaco oito problemas relatados por ela: (1) a baixa expectativa de vida das travestis; (2) a dificuldade de acesso aos serviços de saúde; (3) a frequência e crueldade das agressões sofridas; (4) o não direito ao espaço público; (5) o não reconhecimento da identidade de gênero; (6) a falta de apoio familiar; (7) os estereótipos; e (8) a hipocrisia da sociedade.

(1) *A baixa expectativa de vida das travestis*: “Nós travestis, transexuais não pensamos no futuro, não temos futuro, podemos morrer amanhã, então as meninas querem peito hoje, querem bunda hoje... Morrem aos dezesseis, de assassinato ou de doença”. A fala de Anyky indica que a baixa expectativa de vida desse grupo está ligada não apenas ao problema (3), das agressões, mas também ao (2), que diz respeito à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. A correlação que ela faz entre a baixa expectativa de vida e a ansiedade por passar pelo processo de transição é algo pouco evidenciado nos discursos sobre esse grupo. Aparentemente, essa ansiedade leva aos processos de hormonização e cirurgias sem os devidos cuidados médicos, já que elas têm dificuldade de acesso ao serviço de saúde, criando um ciclo vicioso: os mesmos processos realizados de forma inadequada pela dificuldade de acesso ao serviço especializado acarretam doenças que não são tratadas pela própria dificuldade que as gerou. Anyky reforçou que as travestis “não são mortas apenas com tiros, mas também pelo descaso da sociedade”, compartilhando a culpa com cada um de nós, que escolhe diariamente ignorar essa situação.

---

4 Anyky Lima faleceu em 14 de abril de 2021, aos 65 anos de idade.

(2) *A dificuldade de acesso aos serviços de saúde*: Anyky reclamou da forma como as travestis são tratadas nos postos de saúde: “Na saúde, somos vistas como AIDS. Se tem uma dor de barriga, é AIDS”. Percebe-se a correlação entre a dificuldade de acesso ao serviço de saúde e o problema (7) os estereótipos, e como eles relacionam diretamente a travesti ao sexo. Ela conta que as próteses de silicone geram câncer em algumas travestis, reforçando a interpretação apresentada anteriormente, no item (1), baixa expectativa de vida.

(3) *A frequência e crueldade das agressões sofridas*: Anyky denunciou a violência cotidiana à qual as travestis são submetidas, contou que levam pedradas, que uma “menina” que morava com ela foi assassinada com três facadas no rosto: “Acontece todo santo dia: cortam a cabeça dela, cortam o peru e enfiam na boca. Ou porque ela comeu gostoso um machão, no outro dia ele acorda ‘o travesti me comeu, então vou matar’”. Anyky evidenciou um dos perigos relacionados à prostituição para as travestis: a relação tensa entre desejo e violência estabelecida com seus clientes. É a areia do deserto invadindo o oásis, nos termos de Arendt (2010). A frequência ressaltada mostra que é o perigo é cotidiano e atinge a todas.

(4) *O não direito ao espaço público*: Para Anyky, “veem a travesti como um bicho no quintal, que você não sabe o que é, *futuca*, fica com medo e mata”, por isso, as travestis se esconderiam: “Hoje você acha uma travesti no shopping, mas antes era igual morcego, porque tinha medo de sair de dia. Até hoje tem, não pega ônibus...”. A fala de Anyky aponta uma discreta melhora nesse quadro, mas ainda não atingindo um *status* minimamente satisfatório, uma vez que continua havendo, entre outras consequências, a restrição do direito básico à mobilidade urbana.

(5) *O não reconhecimento da identidade de gênero*: Anyky defendeu que esse reconhecimento é mais importante que as cirurgias: “A perereca eu não mostro *pra* ninguém, mas eu tô aqui. Eu sou mulher! Se tirar o meu peito, eu morro”. A autodeclaração de Anyky, como travesti e como mulher, evidencia a ambiguidade dessa identidade, entretanto, o trecho “Se tirar o meu peito, eu morro” mostra o quanto, independentemente de uma definição clara, a relação com o corpo é forte para elas. Sobre a forma como a mídia trata essa questão, Anyky criticou: “‘Morreu porque trabalhava de travesti’: Nunca vi isso! Ou ‘Um rapaz que estava usando vestido e calcinha...’”. Os exemplos apontam a necessidade de compreensão de que a travestilidade é um estado permanente do indivíduo e não uma troca de roupas

eventual efetuada por uma pessoa do gênero masculino. Essa confusão é comum em muitos discursos.

(6) *A falta de apoio familiar*: Anyky ponderou sobre a importância do apoio familiar: “A família a gente briga, a gente discute, mas ela é o pilar de todo ser humano. Uma travesti que tem o apoio da família é totalmente diferente da que vive na rua. E a que é expulsa de casa, como faz?” A própria Anyky acolhia algumas travestis desabrigadas em sua casa. Anyky acreditava que o que faz com que a maior parte das travestis sejam “putas” não é só a falta de oportunidade de trabalho, mas também o alto rendimento alcançado com a prostituição. As travestis, além de terem que se manter sozinhas por não contarem com a ajuda da família, ainda precisam recorrer a procedimentos muito caros, como próteses de silicone. Anyky fez uma relação também pouco explorada: a falta de apoio financeiro familiar para a transição como um dos fatores que levam as travestis a recorrerem à prostituição como atividade em que podem obter uma quantidade suficiente de verba para realizá-la.

(7) *Os estereótipos*: Anyky criticou o estereótipo de que travesti é “barraqueira”: “O povo fala que travesti é louca, mas a gente só consegue as coisas no grito. *Pra* ser travesti tem que ter muita personalidade. Nós somos muito *macho*, nós somos muito *fêmeas*, porque a gente consegue enfrentar tudo”. Sobre ela mesma, Anyky disse que as pessoas a viam como uma “senhorinha” e que ela “passava batida”, mas que ela não era diferente das demais.

(8) *A hipocrisia da sociedade*: Anyky comentou a hipocrisia que existe sobre o tema: “A travesti é muito boa quando tá na esquina, perfumada, servindo de prazer *pro* homem. São os médicos, enfermeiros, pais de família que tão lá fazendo a prostituição”. Ela apontou para a ambiguidade entre desejo e violência também relatada no item (3) agressões. Ainda sobre a questão (2) acesso ao sistema de saúde, ela afirmou: “Médico não olha na cara da gente, mas na esquina ele vai”. A mesma sociedade que despreza a travesti a utiliza como objeto sexual, e, apenas ao desempenhar essa função, a travesti adquire valor.

Já o depoimento de Indianara<sup>5</sup> destaca-se a partir de: (1) exemplos pessoais sobre a ambiguidade do reconhecimento ou não de sua identidade de gênero como travesti e (2) problematização da experiência do armário para travestis.

5 Na época, ela se chamava Indianara. Indianarae foi um nome que ela adotou posteriormente.

(1) *Exemplos pessoais sobre a ambiguidade do reconhecimento ou não da identidade de gênero de travestis*: Indianarae contou que, em uma ocasião, “tirou o peito para fora” em Copacabana e queriam prendê-la, mas ela se defendeu: “Legalmente eu sou um homem”. Responderam: “Mas você tem peito!”. Ela questionou: “Mas a questão legal é peito ou gênero?”. E ela acabou não sendo levada presa. Ela também contou outra história de quando foi obrigada a usar uma roupa masculina: “Falaram que eu tinha que vestir roupa de homem, porque ‘na base’ eu era homem. Rasguei e fiz uma minissaia. Defendi: ‘Na base é uma calça.’” Sobre os banheiros, Indianara brincou: “Se me mandam ir pro banheiro masculino, eu falo: ‘Ótimo, adoro ver pau’”. Indianara mostrou posições bem-humoradas, subversoras e criativas como estratégia em relação à negação de direitos. Também é assim a forma como ela se definiu: “Eu não sou uma mulher num corpo de homem. Cadê o corpo de homem? Hoje sou eu. Uma mulher normal de peito e de pau”.

(2) *Problematização da experiência do armário para travestis*: Indianarae comentou como ocorre essa experiência: “Por causa das chacotas, ela tem que se mudar e ir *prum* lugar longe de família, dos conhecidos, pra passar batido, se tiver um corpo normativo. Se descobrirem: ‘Você é uma farsa’”. Como ela apontou, o armário se constitui como estratégia sempre potencialmente provisória e só possível a parte das travestis, que se enquadram nos padrões normativos. Entretanto, a partir da descoberta, a ocultação de sua não cisheteronormatividade passa a ser vista como algo que ela não teria o direito de fazer, pois seria necessário “alertar” os demais sobre sua não cissexualidade.

## Considerações finais

Mbembe (2016, não paginado) é pessimista em relação ao futuro. Para ele, “os conflitos sociais tomarão cada vez mais a forma de racismo, ultranacionalismo, sexismo, rivalidades étnicas e religiosas, xenofobia, homofobia e outras paixões mortais” (MBEMBE, 2016, não paginado). Ele acredita que as atuais condições do capitalismo neoliberal deixaram uma sensação de vácuo nos anseios dos indivíduos, o que leva à busca por uma tradição que, para eles, traria consigo mais certeza e segurança: “Eles estão convencidos de que só podem se salvar em uma luta violenta para restaurar sua masculinidade, cuja perda atribuem aos mais fracos dentre eles, aos fracos em que não querem se transformar” (2016, não paginado). Beck (1995, p. 50) também afirma: “Como demonstram os estudos das ciências sociais, uma

ampla variedade de fundamentalismos são reações patriarcais, tentativas de se reordenar as ‘leis da gravidade’ masculinas” (BECK, 1995, p. 50).

As perspectivas dos dois autores, especialmente ao destacar o papel central da valorização da masculinidade, apontam um cenário desanimador em relação ao combate ao transfeminicídio, entretanto, Bauman (2016), ao refletir sobre a sociedade contemporânea, nos traz um contraponto:

[...] sou pessimista em relação ao curto prazo e otimista em relação ao longo prazo. Porque, quando analisamos a história a humanidade [...] a história da humanidade é animadora. Ela era muito mais cruel e sórdida antes. É muito menos cruel e sórdida agora, apesar de tudo de terrível e ultrajante que acontece. (não paginado).

As travestis que nos emprestaram sua experiência neste artigo não almejam ser vistas como “coitadinhas”, mas como fortes. Não se contentam com o papel de vítima, pelo contrário, querem a todo custo deixar de ocupá-lo.

Por fim, podemos dizer que por parte das lutadoras muito se tem feito e pouco se tem reconhecido. Mas as travestis não se renderão jamais, pois sobreviveram à violência e a torturas policiais, quando presas sem terem cometido nenhum crime; enfrentam uma sociedade machista e preconceituosa; resistem à vida nas ruas após ser expulsas de casa, apenas por não parecer com os irmãos do sexo masculino; aprendem na escola da vida, porque a escola convencional não está preparada para recebê-las; batalham todos os dias para estar e permanecer em uma sociedade transfóbica. Enfim, resistem a todos os percalços e por isso são pessoas vencedoras e especiais. (SIMPSON, 2011, p. 116-117).

Este texto se encerra com uma fala de Anyky, por meio da qual ela também termina sua participação em um dos debates em que seus depoimentos foram colhidos: “Mesmo com toda violência, a gente ainda consegue ser feliz”.

## Referências

ARENDRT, H. O deserto e os oásis. *In*: ARENDRT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010. p. 266-269.

AYER, F.; BOTTREL, F. Brasil é país que mais mata travestis e transexuais. **Estado De Minas**, Belo Horizonte, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3lbyi40>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

BAUMAN, Z. Estamos num estado de interregno: vivemos na modernidade líquida [Entrevista concedida a Marcelo Lins]. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 1 jan. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3AbNxOX>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

BECK, U. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASCH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995. p. 11-71.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

BORTONI, L. 35 anos é a expectativa de vida de transexuais no Brasil. **Portal Geledés**, São Paulo, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3uCgB0Q>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. Acerca de la naturaleza humana. In: CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. **La naturaleza humana: Justicia versus Poder**. Buenos Aires: Katz Editores, 2006.

COETZEE, J. M. **A vida dos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FOUCAULT, M. Acerca de la cárcel de Attica. In: FOUCAULT, M. **El Poder, una bestia magnífica**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2012. p. 181-193.

FOUCAULT, M. ¿Qué es usted, Profesor Foucault? In: FOUCAULT, M. **¿Qué es usted, Profesor Foucault?** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013. p. 81-104.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HARAWAY, D. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In: MACIEL, M. E. (org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 389-417.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.



MARTINS, H. Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3muzOhs>. Acesso em: 10 de mar. 2018.

MBEMBE, A. A era do humanismo está terminando. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 24 jan. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3a5pMNJ>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PERES, W. S. **Subjetividade das travestis brasileiras**: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. 2005. Tese (Doutorado Acadêmico em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 9. ed. Lisboa: Afrontamento, 1997.

SIMPSON, K. Travestis: entre a atração e a aversão. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 109-117.

SINGER, P. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano Editora, 2004.

VIEIRA, V. H. **Vivendo no front**: discursos acionados por sujeitos na fronteira entre perspectivas LGBT e evangélicas. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 18, p. 225-254, 2004.

ZAFFARONI, E. R. **La pachamama y el humano**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2011.

Recebido em outubro de 2020.

Aprovado em julho de 2021.